

A INFLUÊNCIA DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NOS CUIDADOS MATERNOS SEGUNDO MÃES USUÁRIAS

The influence of psychoactive substances use in maternal care is according to mothers users

Fábio de Carvalho Mastroianni¹
Eloísi Balsaneli²
Júlia Nogueira Palamin³

Artigo encaminhado: 18/08/2016
Aceito para publicação: 26/04/2019

RESUMO: O uso de substâncias psicoativas entre a população feminina tem se tornado considerável frequente no Brasil. Este estudo buscou conhecer a percepção de mães usuárias de substâncias psicoativas sobre o exercício dos cuidados maternos, analisando a percepção destas mães sobre a influência deste uso no cuidado com os filhos. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório que contou com a participação de 7 (sete) mulheres-mães com idade superior a 18 anos diagnosticadas com problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas. O contato com esta população foi intermediado pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) de um município localizado no interior do estado de São Paulo. Foram realizadas entrevistas individuais e os dados coletados submetidos à análise de conteúdo. As participantes associam o uso destas substâncias a momentos difíceis de suas vidas e a percepção sobre a relação entre o uso e o exercício dos cuidados maternos não é homogênea. Entre os aspectos que influenciam a percepção, a continuidade ou não do uso se mostra relevante, pois aquelas que se descreveram abstinentes apresentaram percepção diferenciada sobre os riscos destas práticas no cuidado com os filhos se comparadas às que afirmaram continuar o uso. O desejo de interromper o uso também se relaciona com o papel materno, na medida em que os filhos são citados como a principal fonte de motivação para a busca de tratamento.

Palavras Chave: Cuidados maternos. Substâncias psicoativas. Pesquisa qualitativa.

¹ Psicólogo. Mestre na área de Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). psicomastroianni@gmail.com

² Psicóloga formada pela Universidade de Araraquara (UNIARA) elobalsaneli@hotmail.com

³ Psicóloga formada pela Universidade de Araraquara (UNIARA) julianogueirapalamin@gmail.com

ABSTRACT: The use of psychoactive substances is becoming increasingly frequent among women in Brazil, This study sought to learn about the perception of mothers users of psychoactive substances about exercising maternal care, and aimed to analyze whether they perceive any influence of this use in the care of their sons. This is a qualitative, descriptive and exploratory study. The sample was composed of seven mothers over the age of 18, diagnosed with problems related to substance use. The contact with this population was brokered by the Psychosocial Care Center Alcohol and Drugs (CAPSad) of a city located in the State of São Paulo. Individual interviews were conducted and data collected subjected to content analysis. The results show that the participants associate the use of these substances with the occurrence of difficult moments in their lives. The perception of the relationship between use and maternal care may vary. Among the aspects that influence their perception, continuation or not of use is relevant because those who described themselves as abstinent showed different perceptions of the risks of these practices of caring for their sons compared to those who continues using. The desire to discontinue use also relates to maternal roles, to the extent that sons are mentioned as the main source of motivation for seeking treatment.

Keywords: Maternal care. Psychoactive substances. Qualitative research.

1 INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas não é um fenômeno exclusivo da contemporaneidade, mas uma prática milenar e universal, como explicam Tavares, Béria e Lima (2001). Segundo Perrone (2003) o consumo do álcool já era realizado desde a antiguidade, entretanto tal uso não era considerado um fator preocupante, uma vez que as drogas eram utilizadas para fins religiosos, medicinais, culturais, místicos, psicológicos e para buscar alterações de estado de ânimo (REZENDE, 1997).

Há relatos de que os índios dos vales andinos já utilizavam drogas como a folha da coca para aumentar o rendimento do trabalho e diminuir a fome

(CORRADINI, 1996). Para Pratta e Santos (2006) a diferença entre o uso que se fazia destas substâncias nas sociedades primitivas e a utilização que se faz hoje é que na atualidade a associação destas práticas com os rituais é menos comum, tornando-se cada vez mais individual, abusivo e distante dos contextos sociais. Além disso, a maior facilidade de acesso favorece o aumento do consumo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o uso abusivo de álcool e outras drogas como uma doença que requer cuidados específicos, devendo ser tratada e controlada (PRATTA; SANTOS, 2006). Para Garcia-Mijares e Silva (2006) não se trata apenas de um tema de saúde pública, mas de um grave problema social. O uso indevido geralmente se inicia na adolescência e outras situações de vulnerabilidade, tais como exposição à violência, envolvimento com práticas transgressoras, precocidade nas atividades sexuais e abandono dos estudos também estão relacionadas ou se associam com os problemas ligados ao uso destas substâncias (SCHENKER; MINAYO, 2004).

Com relação ao gênero, apesar de os homens serem mais propensos ao uso de drogas ilícitas e de modo mais precoce, as mulheres são metabolicamente menos tolerantes do que os homens e, portanto, mais vulneráveis ao desenvolvimento de complicações clínicas e de mortalidade (OLIVEIRA; NASCIMENTO; PAIVA, 2007). Os autores ressaltam que mulheres usuárias de álcool e outras drogas podem apresentar alterações no ciclo menstrual, na fertilidade, na gestação, no parto e maior risco de contrair e desenvolver doenças sexualmente transmissíveis, além de desenvolver transtornos de humor e de ansiedade.

O II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, realizado em 2005 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), revelou que 6,9% das mulheres brasileiras são dependentes de álcool (CARLINI et al., 2006). Por serem substâncias comercializadas, muitas vezes o senso comum constrói a ideia de que as drogas lícitas são menos perigosas do que as ilícitas, no entanto álcool e tabaco são as substâncias psicoativas mais associadas a causa de mortes (KASSADA; MARCON; WAIDMAN, 2014). Os autores apontam que assim como já havia ocorrido com o tabaco e o álcool, o uso das

substâncias ilícitas também vem crescendo entre o universo feminino. Destacam que o número de mulheres internadas por dependência também tem aumentado e, embora anteriormente a procura por assistência estivesse mais associada aos homens, nos últimos anos as diferenças têm diminuído. Pozo et al. (2013) destacam principalmente o aumento no consumo de tabaco, sedativos, tranquilizantes e anfetaminas entre as mulheres.

Além das questões de saúde, do ponto de vista social os problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas se tornam ainda mais complexos quando, envolvidas com estas práticas, algumas mulheres se tornam mães ou já possuem filhos e passam a fazer uso. Pozo et al. (2013) destacam que sob efeito de tais substâncias as mulheres correm também maior risco de engravidar de forma indesejada ou, ainda, de desenvolverem problemas de saúde como a contaminação do vírus HIV/AIDS, entre outras condições. Os autores consideram que a gravidez indesejável pode acarretar problemas tanto para a mãe quanto para o filho, levando-a a querer se abster do papel e das funções maternas, tornando-a incapaz de oferecer os cuidados necessários aos filhos e, portanto, prejudicando o desenvolvimento da prole. No entanto, não desconsideram também a possibilidade de a maternidade ser entendida, mesmo em tais condições, como fonte de felicidade para as mulheres.

Grisci (1995) afirma que o papel da mulher está biológica e socialmente associado à ideia de ser mãe. Considera que desde a infância muitas mulheres são condicionadas a exercer este papel, mesmo que futuramente não o assumam. Para a autora, isto se deve à diferenciação de gênero estimulada pela cultura, pela qual alguns pais, em determinadas sociedades, incentivam suas filhas através de brincadeiras com bonecas e cuidados com os irmãos(ãs) mais novos, a desempenharem os cuidados e o papel materno.

Zorning (2010) ressalta que o desejo de ter um filho atualiza as fantasias infantis e o tipo de orientação que receberam dos pais, o que pode influenciar e determinar a forma como cada mulher irá exercitar a maternidade. Por muito tempo em nossa sociedade o papel da mulher esteve atrelado à maternidade, cuidar da casa e do bem-estar do marido. Contemporaneamente o papel feminino passou por significativas transformações e o papel exclusivo de mãe e cuidadora dos filhos e do

lar cedeu lugar a outros como: a mãe/mulher que trabalha, ajuda e até mesmo administra as necessidades do lar (EMÍDIO; HASHIANO, 2008).

Para Pozo et al. (2013) apesar das diversas mudanças ocorridas na sociedade e do processo de emancipação feminina, grande parte das funções exercidas pela mulher ainda está relacionada aos cuidados familiares, dentre eles o cuidado com os filhos. Nesse contexto, o uso de substâncias psicoativas por mulheres passa a ser, de certos pontos de vista, ainda mais inaceitável, sob o argumento de que, envolvida com tais práticas poderá estar contrariando normas sociais e abdicando de assumir os papéis que dela se esperam, entre eles: ser mãe, esposa e cuidadora da família. Para Nóbrega e Oliveira (2005) isto contribui para que estas mulheres-mães omitam este consumo, pois o julgamento social em relação a elas tende a ser mais árduo. Segundo Pozo et al. (2013) as expectativas de sociedade sobre os deveres sociais da mulher contribuem para a marginalização e estigmatização daquelas que não se enquadram nestes padrões, favorecendo sua exclusão nos serviços de assistência social e de saúde e, portanto, tornando-as mais vulneráveis.

Se por um lado estas mulheres estão expostas a uma dupla estigmatização, da dependência e da inadequação no exercício das funções parentais, por outro, a marginalização que muitas vezes o envolvimento com o uso de drogas acarreta pode ser revertida com o resgate da importância de seu papel nos cuidados com os filhos. Neste sentido, perceber as consequências de tais práticas no desenvolvimento da prole se mostra um aspecto importante durante o processo de recuperação destas mulheres-mães. Daí a importância de se verificar de que maneira mulheres que possuem filhos e se envolveram com o uso de drogas relacionam a natureza destas práticas com a qualidade dos cuidados que oferecem aos filhos. A literatura nacional apresenta poucos estudos a este respeito e, além da relevância científica, tentar compreender de que modo estas mulheres percebem a relação entre o tema das drogas com os cuidados maternos tem também importância social e técnica, na medida em que permite ampliar o conhecimento dos profissionais que atuam nos centros de tratamento.

2 OBJETIVOS

O estudo buscou conhecer a percepção de mães usuárias de substâncias psicoativas sobre o exercício dos cuidados maternos, visando analisar se elas percebem alguma influência deste uso no cuidado com os filhos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo se constitui em uma pesquisa de caráter exploratório baseada em um referencial qualitativo. Conforme ensina Yin (2016) a pesquisa qualitativa possibilita estudar o significado da vida das pessoas nas condições da vida real, abrangendo as condições contextuais em que elas vivem. Além disso, permite revelar os conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social e humano. Para o autor, diferente de outros métodos das ciências sociais, a pesquisa qualitativa admite que praticamente todo acontecimento da vida real se torne objeto de estudo deste método.

3.1 Participantes

Foram selecionadas para compor a amostra mulheres-mães com idade acima de 18 anos que desenvolveram problemas relacionados ao uso de álcool e/ou outras drogas. O contato inicial com esta população foi facilitado por uma unidade de tratamento especializado, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), localizada em um município do interior do estado de São Paulo. A instituição forneceu aos pesquisadores o contato de 20 (vinte) mulheres-mães usuárias do serviço que se enquadravam no perfil almejado para a composição da amostra. Destas, duas foram previamente eliminadas por possuírem idade inferior a 18 anos.

Foi possível realizar contato com apenas 12 das mulheres indicadas, por motivos diversos, principalmente telefones indisponíveis (número inexistente ou celular fora de área). Entre as contatadas por telefone, nove aceitaram participar do estudo, mas com somente quatro delas foi possível realizar a entrevista, pois as outras cinco desmarcaram ou não compareceram.

Durante a realização das entrevistas, as participantes referiram outras pessoas que se enquadravam no perfil da amostra. Daí, privilegiou-se compor a amostragem em bola neve (YIN, 2016), técnica pela qual participantes iniciais indicam outras que se enquadram na amostragem e assim sucessivamente até se alcançar o ponto de saturação teórica. O ponto de saturação teórica é atingido quando os participantes passam a repetir conteúdos obtidos nas entrevistas anteriores, tornando-se redundantes (FONTANELLA; RICAS; TURATTO, 2008).

3.2 Aspectos éticos

A pesquisa foi encaminhada para o Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com a Resolução 466/12 (BRASIL, 2012).

3.3 Materiais e instrumentos

A entrevista com as participantes se baseou em um roteiro semiestruturado contendo perguntas tais como: “Quantos filhos você tem?”, “Qual a idade deles?”, “Como é para você a experiência de ser mãe?”, “Quando você começou a usar álcool e/ou drogas?”, “Quais motivos ou condições você atribui ao início destas práticas?”, “Você acha que o uso do álcool e/ou drogas influencia nos cuidados que você oferece ao(s) seu(s) filho(s)?”. As questões que compõem o roteiro foram elaboradas pelos pesquisadores, após realizarem revisão da literatura sobre o tema. Para todas as entrevistas foi utilizado gravador.

3.4 Coleta de dados

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2015. Verificou-se com cada uma das entrevistadas qual seria o melhor local e horário, deste modo, algumas foram realizadas na própria instituição que forneceu o contato (CAPSad), coincidindo com o dia em que realizavam atendimento. Para as que não puderam se deslocar, as entrevistas fossem feitas em suas residências. As entrevistas duraram no máximo uma hora e puderam ser realizadas em um único encontro.

As entrevistas foram realizadas individualmente em um ambiente onde as entrevistadas pudessem se sentir à vontade, priorizando-se a privacidade e a

qualidade do áudio. Ao longo da entrevista, no momento adequado, as questões que compunham o roteiro eram introduzidas.

Embora nem todas as participantes estivessem totalmente abstinentes do uso de álcool e/ou outras drogas, nenhuma delas, durante as entrevistas, apresentou qualquer alteração que pudesse prejudicar a coleta de dados.

3.5 Análise de dados

Após a gravação das entrevistas as participantes foram identificadas através de siglas como “P1, P2, P3...P7”. Cada entrevista foi transcrita e lida tantas vezes quanto necessário, a fim de que as respostas fossem as mais completas e claras possíveis. Posteriormente foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Os relatos foram separados em categorias de respostas, criando-se um arquivo com as respostas de todas as entrevistadas em determinada temática ou conteúdo. Foram encontradas as seguintes categorias de respostas: relação com o álcool e/ou a droga; relação entre o uso e o exercício dos cuidados maternos; e motivos para interromper o uso. A partir daí, foram feitas inferências, interpretações e hipóteses em relação ao tema investigado, conforme sugerido por Gomes (2012) e Minayo (1998). Por se tratar de amostra que não representa estaticamente a população estudada, ponderou-se neste estudo não atribuir intensidade ou porcentagens, privilegiando-se apenas a descrição e a discussão sobre a diversidade de respostas apresentadas pelas participantes.

3.6 Limitações do estudo

Este estudo limitou-se a abordar um pequeno grupo de mulheres-mães que apresentam ou apresentaram problemas relacionados ao uso de álcool e/ou outras drogas. Nota-se a necessidade de outros estudos com a finalidade de verificar e compreender as relações existentes entre o consumo de álcool e/ou outras drogas e o exercício dos cuidados maternos. Além disso, a composição da amostra se concentrou em apenas um município e contou com o apoio de somente uma instituição, que facilitou o contato dos pesquisadores com as participantes. Não há intenção de generalizar para outras realidades as considerações aqui elaboradas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Características da amostra

Foram realizadas sete entrevistas, quando foi atingido o ponto de saturação teórica. A idade das participantes variou entre 24 e 46 anos, com média de 36,3 anos. Quatro eram casadas, duas solteiras e uma compartilhava a convivência com o companheiro. Em relação à quantidade de filhos, seis delas tiveram mais de três e somente uma delas possuía apenas um filho. O número máximo da prole foi de oito filhos e a idade deles variou entre um ano e oito meses e 30 anos.

Três das entrevistadas já foram internadas em clínicas de tratamento especializado em dependência de drogas, duas delas de forma involuntária e uma de forma voluntária. A maioria (quatro) iniciou o uso de álcool e/ou drogas na adolescência, entre 12 e 17 anos, enquanto as demais somente na idade adulta, a partir dos 23 anos. Marangoni e Oliveira (2013) apontam que geralmente o início do uso ocorre na adolescência por se tratar de uma fase de profundas mudanças de ordem física e psíquica, tornando os adolescentes mais vulneráveis a ritos de passagem de iniciação às drogas.

Quanto ao tipo de substância, mostra-se interessante destacar que as mulheres que iniciaram o uso na idade adulta utilizaram somente álcool e tabaco, enquanto àquelas que iniciaram o uso na adolescência consumiram álcool, maconha, cocaína e crack. No entanto, quando questionadas sobre o uso atual (durante a entrevista), três declararam fazer apenas uso ocasional de álcool, enquanto as outras disseram estar abstinente de qualquer substância:

Às vezes eu uso, tem dia que não (...) mais assim de tardezinha, dá uma vontade de beber um pouco (...) antes eu bebia mais, agora eu bebo menos (P5). Não, não faço e nem quero, atualmente não faço mais uso de nada, mas já fiz de maconha, cocaína e crack (P3).

Com relação ao local do uso durante o consumo, quatro mulheres mencionaram a preferência por utilizar bebidas alcólicas em suas próprias

residências. Aspecto semelhante se observa na literatura, no qual embora os locais de preferência para o consumo geralmente sejam os bares, algumas mulheres preferem beber em família ou sozinhas, visando assim evitar a exposição social e os julgamentos da comunidade (MONTEIRO et al., 2011).

Quanto ao momento do uso associado à maternidade, três usaram álcool e/ou drogas antes, durante e após as gestações; duas antes e após a gestação e duas somente após o nascimento dos filhos. Quanto ao vínculo, a maioria (cinco) descreveu um bom relacionamento e apoio dos filhos para o tratamento, enquanto duas delas informaram não estabelecer contato com todos, pois estes, atualmente encontram-se sob a custódia dos pais (ex-maridos) ou avós, enquanto alguns foram entregues para adoção. Estes dados convergem com estudos de Marangoni e Oliveira (2013), sendo interessante ressaltar que o não contato com os filhos lhes geram sofrimento e incertezas:

Sim, nessa parte sim (...) Tenho (um bom relacionamento com os filhos), graças a Deus! (P7). Às vezes eu fico com dúvida se ele sabe que eu sou a mãe dele ou se ele não sabe (P2). Mãe dos filhos que eu tenho ou dos que ficaram pra trás? (...) Ah, é complicado, doloroso, né? São pedaços que ficaram pra trás e que fazem falta, e é insuperável né? É uma dor maior pra cuidar, algo que nunca vai se resolver dentro de mim, que eu deixo de falar, mas me machuca muito (P3).

Para compor a amostra os pesquisadores se depararam com dificuldades, dado a elevada resistência e os desencontros. As cinco mulheres que não compareceram às entrevistas também abandonaram precocemente os atendimentos no CAPS AD. Estudos com esta população realizados por Marangoni e Oliveira (2013) também se depararam com a mesma dificuldade de acesso às participantes. Benetti e Cunha (2008) comentam o alto número de abandonos terapêuticos e sugerem que os locais que prestam atendimento em saúde mental desenvolvam ações voltadas para a prevenção do abandono.

4.2 Relação com o uso das substâncias

De modo geral, as entrevistadas relacionam o uso ou a recaída do uso de álcool e drogas a momentos difíceis em suas vidas, bem como à dificuldade em lidar

ou tolerar sentimentos desagradáveis. Histórias de perdas e conflitos com a família atual ou de origem foram parte dos discursos de alguns participantes. Diante destas situações ou emoções, algumas acabam usando estas substâncias como forma de lidar com as adversidades ou angústias com que se deparam, atribuindo à droga um efeito tão intenso que ao mesmo tempo em que alivia, também expõe suas fragilidades:

Foi porque minha filha faleceu, eu tinha 15 anos e aí eu achei que eu tinha que fazer alguma coisa e eu fiz isso, usei droga (...) eu achei que minha vida tinha acabado (P2).

Eu acho que foi uma passagem ruim que teve na minha vida (...) não gosto de recordar isso (P7).

Tem dia que eu fico nervosa e eu desconto na bebida (P5)

A droga é mais forte (P1).

A droga me sossega, me deixa quieta no meu canto (P3).

Bordin, Figlie e Laranjeira (2004) apontam que muitas vezes, diante de eventos traumáticos, algumas mulheres acabam desencadeando uso problemático de álcool, podendo levá-las à dependência. Neste sentido, os relatos das entrevistadas confirmam o que Cruz (2012) e Monteiro et al. (2011) explicam ao afirmar que o uso abusivo de álcool ou outras drogas pode ser entendido como uma tentativa de esquecer ou mesmo de amenizar a solidão e as dificuldades, sejam elas financeiras, problemas familiares e com o trabalho, entre outras.

4.3 Relação entre o uso e o exercício da função materna

A percepção das entrevistadas sobre a influência do uso de álcool ou drogas no exercício da maternidade e no sentimento que nutrem pelos filhos variou consideravelmente. Três participantes percebem mudanças na relação, nos cuidados e nos sentimentos com os filhos, já outras duas não ponderam que o uso possa ter prejudicado a relação ou os afetos, enquanto que as demais se mostraram ambivalentes, ou seja, ora notavam os prejuízos, ora negavam que os filhos pudessem ter sido prejudicados por este uso. Os trechos a seguir ilustram

respectivamente estas distintas maneiras das entrevistadas perceberem a relação entre o uso e o exercício da função materna:

Sei lá, porque a gente quando usa droga a gente fica meia (...) não sei explicar (risos). Tem um efeito meio esquisito (risos). A gente fica meio boba, não quer saber de fazer nada. A gente fica meio tonta, sei lá (risos). Sem o efeito da droga, cuida melhor hoje (P1).

Não atrapalhou de jeito nenhum. O carinho de mãe sempre foi o mesmo (P6).

Eu me prostituía e tava usando álcool e drogas, mas a parte com a criança tava sendo bem feita, ela tava na babá e eu tava pagando, fazendo as coisas direitinho (...) o beijo, o abraço, o olhar, o pensar, é diferente. Você não planeja futuro, quando a gente tá em efeito de droga, quem planeja futuro pra alguém usando droga? (P3).

A pluralidade de discursos não diverge dos achados da literatura, Schenker e Minayo (2005) e Seleglim et al. (2011) advertem que ao estudar populações que fazem uso de drogas não se lida, necessariamente, com uma categoria homogênea. No que se refere à maternidade, existe a possibilidade dela se manifestar de maneiras distintas, salientando a personalidade de cada mulher, bem como a influência cultural como aspectos preponderantes na experiência de ser mãe.

Alguns estudos apontam que a possibilidade de serem identificadas como mulheres que não cumprem suas obrigações sociais e, assim, serem duplamente estigmatizadas (pelo uso e pela negligência) pode gerar ansiedade, vergonha e sentimentos de culpa, uma vez que a sociedade exige da mulher eficiência em relação a esta atividade (CAMPOS; REIS, 2010; OLIVEIRA et al., 2014).

Todas as entrevistadas manifestaram satisfação com a experiência da maternidade, mas como se pôde observar, o modo como cada uma relaciona o uso da substância com este exercício variou significativamente. A negação ou a ambivalência sobre a influência do uso no exercício da função materna pode estar relacionada, no caso de algumas mães, à angústia em lidar com estes estigmas.

A percepção da influência do uso no exercício da função materna pode estar relacionada à própria dinâmica de dependência da substância. As entrevistadas que afirmaram continuar usando apresentaram maior tendência a negar ou demonstrar ambivalência em relação a problemas no exercício da maternidade, enquanto as que

percebem associação ou influência do uso no exercício dos cuidados maternos encontravam-se abstinentes. Para Monteiro et al. (2011) algumas mulheres reconhecem apenas as manifestações orgânicas do uso, aquelas que podem atrapalhar suas rotinas, mas não costumam relacionar as consequências desta prática no relacionamento familiar e no desenvolvimento dos filhos.

Alguns profissionais que trabalham com estratégias de motivação para a mudança no hábito de uso observam que os dependentes de álcool e/ou drogas podem, durante o tratamento, oscilar a motivação para a mudança de comportamento. Neste modelo de compreensão, um dos estágios é denominado de pré-contemplação, nele o indivíduo sequer pondera a necessidade de mudança, negando os riscos ou as consequências que o uso pode acarretar (SZUPSZYNSKI; OLIVEIRA, 2008). Como a percepção acerca das consequências foi mais observada nas participantes que se encontravam abstinentes é possível que sua não atribuição de riscos ao desenvolvimento dos filhos esteja relacionada a um modo particular de lidar com o problema do uso.

Ainda que nem todas as entrevistadas relacionassem prejuízos no exercício dos cuidados maternos com o uso, verificou-se que a maioria delas acreditava que estas práticas traziam riscos ao desenvolvimento dos filhos. Cinco das entrevistadas afirmaram que apesar de cientes de tais riscos não conseguiram interromper o uso devido à dependência ou forte influência da droga sobre elas, sobrepondo-se ao desejo ou a necessidade de mudança. As demais, não relacionaram o uso ao exercício da função materna:

Tinha (consciência dos riscos) tanto na saúde, tanto no crescimento dele na minha barriga, da formação dele, eu tinha, mas eu não podia fazer nada (...) por causa do vício (P2).

Ah, tinha! Talvez eu tinha, mas a compulsão era muito grande, eu não conseguia ficar sem (P3).

Eu acho que não (...) às vezes influencia né? Porque eles tá vendo eu beber né? (...) Eles pode querer beber também (P5).

Um cenário onde se observa a disfuncionalidade do exercício dos cuidados maternos devido ao uso de álcool e drogas se dá nas situações de extrema vulnerabilidade, onde se julga que os filhos necessitem de uma intervenção do

Estado e do poder judiciário para terem seus direitos garantidos. Nestas condições, muitas vezes crianças e adolescentes são institucionalizados com a ideia de que só assim serão protegidas de seus próprios responsáveis.

Alguns estudos demonstram quanto o uso de álcool e drogas contribui para este quadro. Um levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) verificou que o uso de drogas pelos responsáveis constitui-se no segundo principal motivo que enseja o acolhimento institucional (ASSIS; FARIAS, 2013). De acordo com Fávero, Vitale e Baptista (2008) raramente existe um único motivo que justifique ou acarrete a institucionalização de uma criança e/ou adolescente, uma gama de fatores geralmente está relacionada à aplicação da medida. Ainda que na maioria dos casos não se observe um motivo que isoladamente justifique esta medida, as autoras sugerem que o uso de álcool e drogas muito provavelmente contribui ou está associado aos demais motivos que acarretam a institucionalização, tais como negligência, violência ou detenção dos responsáveis. Entre as entrevistadas, duas delas tiveram situações em que o uso de drogas exigiu a intervenção das autoridades.

4.4 Motivos para interromper o uso de substâncias

Embora nem todas as participantes estivessem abstinentes, sete delararam estar interessadas em não recair ou em interromper ou diminuir o uso de álcool e/ou drogas. Entre os motivos que elas citaram como favoráveis ao desejo de mudança, destacaram-se a função e o papel materno, contribuindo para ingresso ou manutenção no tratamento. Consideração pelos filhos ou intervenção destes no sentido de incentivá-las ao tratamento, bem como o receio de perder a guarda dos filhos estiveram presentes na maioria dos discursos, com exceção de apenas uma participante, que citou a internação involuntária como o principal motivo para a interrupção:

Foi por eles que eu consegui ficar nove anos sem beber (P3).

É que eles não queria que eu bebia né? Às vez eles falava “ai a mãe precisa parar com isso, precisa parar de beber, não sei o quê, não

sei o quê”, a diferença era isso, que eles tava falando pro meu bem (P6).

Estudos como o de Oliveira et al. (2014) mostraram semelhança em relação ao motivo apresentado pelas entrevistadas para interromper o uso de álcool e/ou drogas, no qual o principal estímulo foi o medo de perderem seus filhos devido à desorganização de suas vidas causadas pelo consumo de tais substâncias. Bordin, Figlie e Laranjeira (2004) e Campos e Reis (2010) apontam a participação dos familiares, em especial dos filhos, como fonte de apoio fundamental para a recuperação desta população, sendo que em alguns casos são os próprios filhos os responsáveis por conduzir suas mães aos centros de referência para o tratamento, como o CAPS ad.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu descrever e explorar a percepção de mães usuárias de substâncias psicoativas sobre o exercício dos cuidados maternos, possibilitando analisar de que modo elas relacionam a influência do uso nos cuidados dispensados aos filhos. A percepção das participantes não é homogênea e para algumas delas, entrar em contato com estas questões pode ser angustiante. A própria dificuldade em se aproximar desta população e, conseqüentemente, compor a amostra, sugere que estes temas podem produzir resistências associadas ao estereótipo geralmente atribuído a estas mulheres.

As entrevistadas associaram o início, as recaídas ou a continuidade do uso a momentos de dificuldade, atribuindo a estas substâncias um efeito atenuador no sentido de aliviar sentimentos desagradáveis. No entanto, seus efeitos também expõem e revelam suas fragilidades e somente algumas associam as conseqüências deste uso à relação que estabelecem com os filhos. A análise do conteúdo das mensagens, entretanto, indica que nem sempre esta compreensão é linear, podendo se observar aquelas que negam a influência do uso no exercício dos cuidados maternos e as que fazem esta associação de maneira parcial.

Entre os fatores que podem interferir no modo de compreender a relação entre o uso e a qualidade dos cuidados maternos, aparece a relação que cada uma delas estabelece com a substância. As mulheres que se descrevem abstinentes

apresentaram uma percepção mais integrada sobre os riscos do uso no exercício de suas funções, se comparadas àquelas que permanecem fazendo uso. Ainda que o tema possa gerar resistências entre as usuárias, é necessário que estas questões sejam abordadas durante o tratamento.

Neste sentido a relação entre estes dois temas se mostra ainda mais ampla, na medida em que o tratamento pode tornar estas mulheres mais funcionais em relação aos cuidados com os filhos. Estes, por sua vez, possuem um papel fundamental na motivação de suas mães com relação a sua inserção e manutenção no tratamento. Elas próprias citam os filhos como um dos principais motivos que as levam a querer interromper o uso destas substâncias.

Encontra-se, tanto na literatura quanto no senso comum, a ideia de que o exercício dos cuidados maternos é incongruente com o uso de drogas. No entanto, o conteúdo das mensagens aqui analisadas sugere que a relação entre estes temas pode ser utilizada de modos distintos. Ao invés de se reforçar a exclusão e a estigmatização destas mulheres, a questão referente à maternidade e aos cuidados com a prole pode ser utilizada pelos profissionais de saúde como elemento de motivação ao tratamento.

Deste modo, a inserção e a participação da família no tratamento destas usuárias também se mostram fundamentais, uma vez que os familiares também sofrem, adoecem e funcionam como imprescindíveis fontes de apoio durante o processo de recuperação. Estudos que enfoquem a natureza da relação entre estas usuárias, seus filhos e demais familiares poderão contribuir não só para o tratamento como servir de base para o planejamento de políticas públicas voltadas à prevenção do uso indevido destas substâncias, principalmente no que se refere à promoção de saúde das mulheres, haja vista o papel fundamental que elas possuem no desenvolvimento dos filhos e na manutenção das famílias.

REFERÊNCIAS

ASSIS, SG.; FARIAS, LOP (Orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977. 223 p.

BENETTI, SPC; CUNHA, TRS. Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**., Rio de Janeiro, v.60, n. 2, p. 48-59, jun. 2008.

BORDIN, S; FIGLIE, NB; LARANJEIRA, R. Dependência Química na Mulher. In: BORDIN, Selma; FIGLIE, Neliana Buzi; LARANJEIRA, Ronaldo. **Aconselhamento em Dependência Química**. São Paulo: Roca, 2004. p. 315-320.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS n. 466 de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CAMPOS, EA; REIS, JG. Representações sobre o uso de álcool por mulheres em tratamento em um centro de referência da cidade de São Paulo- Brasil. **Interface (Botucatu)**., Botucatu, v. 14, n. 34, p. 539-50, set. 2010.

CARLINI, EA; GALDURÓZ, JCF; NOTO, AR; NAPPO, SA. **II Levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil: 2005**. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006.

CORRADINI, HB. Cocaína: Efeitos na gestante e nas crianças. **Revista Pediatria São Paulo**., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 170-174, 1996.

CRUZ, VD. Vivências de mulheres que consomem crack em Pelotas-RS. **[Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde]**. Pelotas: Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas; 2012. 112 p. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1874/1/Dissertacao%20Vania%20Dias%20Cruz.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2016.

EMIDIO, TS; HASHIMOTO, F. Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. **Colloquium Humanarum**. Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p. 27-36, dez. 2008. Acesso em 17 ago. 2016.

FÁVERO, ET; VITALE, MAM; BAPTISTA, MV. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

FONTANELLA, BJB; RICAS, J; TURATO, ER. Amostragem por saturação em pesquisa qualitativa em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

GARCIA-MIJARES, M; SILVA, MTA. Dependência de drogas. **Psicologia USP.**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 213-240, jan. 2006.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, p. 79-108, 2012. 108 p.

GRISCI, CLI. Mulher-mãe. **Psicologia: Ciência e Profissão.**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 12-17. 1995.

KASSADA, DS; MARCON, SS; WAIDMAN, MAP. Percepções e práticas de gestantes atendidas na atenção primária frente ao uso de drogas. **Escola Anna Nery.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 428-434. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n3/1414-8145-ean-18-03-0428.pdf> Acesso em 28 abr. 2019 .

MARANGONI, SR. OLIVEIRA, MLF. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. **Texto e contexto - Enfermagem.** Florianópolis, v 22, n. 3, p. 662-670. 2013.

MINAYO, NCS. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 1998. 269 p.

NÓBREGA, MPS.; OLIVEIRA, EM. Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa. **Revista de Saúde Pública.**, São Paulo, v. 39, v. 5, p. 816-823, 2005.

OLIVEIRA, JF; NASCIMENTO, ER; PAIVA, MS. Especificidades de usuários(as) de drogas visando uma assistência baseada na heterogeneidade. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 694-698, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n4/v11n4a22> Acesso em 28 abr. 2019.

OLIVEIRA, MM; KANTORSKI, LP; COIMBRA, VCC; FERREIRA, RZ; FERREIRA, GB; CRUZ; VD. Consequências relacionadas ao consumo de crack entre mulheres e motivações para o abandono da droga. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas.**, São Paulo. V. 10, n.3, p. 119-125, 2014.

PERRONE, PAK. A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? **Ciência e saúde coletiva.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 569-580. 2013.

POZO, GB; MELO, MC; VIEIRA, FS CORRADI-WEBSTER, CM. Gestação e consumo de substâncias psicoativas. In: LUÍS, Margarita Antonia Mendonça;

DUARTE, Paulina do Carmo Villar; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACEDO, Jaqueline Queiroz de. (Orgs.) **Experiencias de formación en investigación con el tema sustancias psicoativas**: V. 1. Ribeirão Preto: São Gabriel, 2013. p. 77-91.

PRATTA, EMM; SANTOS, MA. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 11, n. 3, p. 315-322, 2006.

REZENDE, MM. **Curto-circuito familiar e drogas: análise de relações familiares e suas implicações na farmacodependência**. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 1997. 179 p.

SCHENKER, M; MINAYO, MCS. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. **Cadernos de Saúde Pública**., Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 649-659. 2004.

SCHENKER, M; MINAYO, MCS. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**., Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 707-717, jul. 2005.

SELEGHIM, MR; MARANGONI, SR; MARCON, SS; OLIVEIRA, MLF. Vínculo familiar de usuários de crack atendidos em uma unidade de emergência psiquiátrica. **Revista Latino Americana de Enfermagem**., São Paulo, v. 19, n. 5, s/n, set. 2011.

SZUPSZYNSKI, KPDR; OLIVEIRA, MS. O Modelo Transteórico no tratamento da dependência química. **Psicologia: teoria e prática**., São Paulo, v. 10, n. 1, p. 162-173, 2008.

TAVARES, BF; BERIA, JU; LIMA, MS. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar em estudantes adolescentes. **Revista de Saúde Pública**., São Paulo, v. 35, n. 2, abr. 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre, Penso, 2016. 313 p.

ZORNIG, SMA. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanalítico**., Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010.